

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
DOUTOR LUIS FELIPE SALOMÃO, D.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO REVISORA DO
CÓDIGO CIVIL,

DE PROFESSOR DOUTOR, TITULAR DE DIREITO CIVIL E EX-DIRETOR DA FACULDADE
DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, ÁLVARO VILAÇA AZEVEDO

Venho à presença de Vossa Excelência, primeiro, elogiar o trabalho da Comissão Atualizadora do Código Civil de 2002, ressaltando que muitas das alterações feitas, foram, por mim, solicitadas em meu curso de Direito Civil (Editora Saraiva: São Paulo, com sete volumes, já em sua edição de 2019), como pode ser confrontada, e conforme as observações que fiz à Desembargadora Rosa Nery, quando por ela fui solicitado.

Entretanto, observo, ainda, algumas sugestões:

Primeiro – Com relação ao nascituro, no artigo 2º, sugiro a seguinte redação:

“A personalidade da pessoa começa desde a concepção, no útero materno, ressaltados os direitos dos concebidos in vitro”.

Justificativa: O nascituro é considerado sujeito de direito pela jurisprudência, sendo, portanto, pessoa. A teoria concepcionista é admitida desde Augusto Teixeira de Freitas e por juristas modernos.

Art. 421 – Substituir a expressão liberdade de contratar por liberdade contratual.

Justificativa: A liberdade de contratar todos têm, sendo capazes, mas a contratual, de que trata o artigo citado, é a de discutir os termos e condições do contrato.

Art. 473 – Incluir texto no art. 473, mencionando que a rescisão (denúncia) existe não só nos casos expressos em lei, como também nos contratos.

Texto sugerido:

Art. 473 (caput) “A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente a permita, ou que expressa em contrato, opera mediante notificação, judicial ou extrajudicial, da outra parte”.

Justificativa: O contrato pode ter cláusula expressa de arrependimento, que impede exercício de direito de rescisão ou denúncia do contrato.

Art. 475

Texto sugerido:

“A parte lesada pelo inadimplemento pode rescindir o contrato, [...]”

Justificativa: O artigo trata de prática de ato ilícito, que importa rescisão e não

resolução do contrato.

No contrato rescindido está presente o ato ilícito, que implica pagamento de perdas e danos.

No contrato resolvido, o caso é de resolução, que não implica qualquer manifestação de vontade.

Art. 478

Texto sugerido:

Eliminar a expressão “[...] em decorrência de eventos imprevisíveis [...]” e também a palavra imprevisível do art. 317.

Justificativa: Não é de aplicar-se a teoria da imprevisão que surgiu no Direito Francês, com a Lei Faillot, em razão do excessivo aumento do preço do carvão, pois previsão é matéria subjetiva. Os eventos extraordinários, sim, que são áleas extraordinárias, com fundamento na cláusula “rebus sic stantibus” do Direito Romano (situação objetiva).

Nesse artigo, trata-se de quebra da base do contrato (tese do Direito Alemão), havendo o simples desequilíbrio das obrigações contratuais. Assim, o acontecimento extraordinário basta para que esse desequilíbrio ocorra, independentemente de previsão. O contrato se desnatura, passando da categoria comutativo para a de aleatório.

Obs.: A expressão “alocação originalmente pactuada” está certa, porque é “rebus sic stantibus” (constante de §1º). Mesma expressão consta do §2º e no §3º).

O §4º pode ser mantido.

O §5º pode ser mantido.

O Art. 480 está certo, no meu entender, em continuidade a aplicação da teoria da imprevisão.

O Art. 480-A dá a razão a minha observação, pois fala em frustração da finalidade do contrato, que entendo como álea extraordinária, sem a presença da teoria da imprevisão (ver artigo 480-A da previsão em causa).

Havendo a quebra objetiva do contrato, que entendo como frustração de sua finalidade, basta para haver o desequilíbrio. O Código Civil português é o único a não acolher a teoria da imprevisão. Adota a quebra objetiva do contrato.

Sugestão:

Pode-se sugerir que se permita que, em caso de resolução, as partes pactuem um mínimo de prejuízo que deve por elas ser suportado, no importe de 10% ou 20%, no máximo, por exemplo.

Art. 496

Sugestão:

Incluir no §1º desse artigo uma frase final, no texto:

"[...] ou se provar judicialmente a realidade da venda ou se o negócio for visto como doação remuneratória".

Justificativa:

Se o ascendente ou descendente tiver condições de comprar pelo preço justo, não se pode negar a ele o direito de comprar do filho, ou se o negócio for "mixtum cum donatione".

Art. 602

Parágrafo único

Quem denuncia imotivadamente rescinde o contrato, não o denuncia, pois comete ato ilícito, sujeito a pagamento de perdas e danos.

Sugestão:

Substituir "denunciar" e "denunciado", pelas expressões "rescindir" e "rescindido", respectivamente.

Art. 721-F

Trata o artigo de prática de ato ilícito, que implica rescisão e não resolução (neste caso, há manifestação de vontade).

Texto sugerido:

"[...] sob pena de rescisão do contrato com perdas e danos".

Art. 763

Mora do segurado, caso de rescisão.

Parágrafo único

Texto sugerido:

"... a rescisão do contrato depende..."

Art. 944

§1º possibilidade de redução equitativa da indenização ante a desproporção entre o contrato e a extensão do dano.

Breve comentário:

Assim sendo, quem pagaria o restante de indenização? Neste caso, o Estado está fazendo justiça pelas suas mãos.

Sugestão:

Entendo que no caso de seguir o ensinamento de René Savatier, criando um fundo indenizatório, para cobrir essas diferenças.

No Direito de Empresa

Entendo que é equívoca a expressão do art. 1.052-A, quando se refere "A sociedade limitada, se unipessoal [...]".

Sugestão:

Substituir essa expressão pelo "empresário individual", pois incoerente falar-se de "sociedade unipessoal" (sociedade de uma só pessoa?). A sociedade implica ideia de duas ou mais pessoas.

Também, o mesmo problema surge no art. 1.060 "sociedade constituindo-se de uma única pessoa"

Quanto ao penhor dos animais, eu prefiro como o Projeto, considerá-los como seres sensíveis, não sujeitos a execução, pois eles não são coisa.

Ex. art. 1.445 - "[...] animais empenhados", genericamente mencionados.

Art. 1.521. Não podem se casar:

Sugestão:

Eliminar o inciso II

Comentário: Afinidade não é parentesco. E, porque, então, permite-se o casamento entre tios e sobrinhos? (com laudos médicos, para evitar problemas genéticos?). O problema é devido a influência do Direito Canônico, pois afinidade não é parentesco muito menos consanguíneo.

No art. 1.583 eliminar a expressão:

"ou pela separação consensual".

Art. 1.653

"[...] ou convivencial [...] e ineficaz se não lhe seguir o casamento?"

Quanto à união estável, ela vale como contrato escrito, regulador da união estável!

Quanto ao Bem de Família, concordo que seu capítulo todo deve ser eliminado, mas deveria existir um artigo dizendo que o bem de família continua existindo pela Lei 8.009/1990, que o regula. É o bem de família residencial, por determinação do Estado, como norma de ordem pública.

Saudações acadêmicas,

ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO

Professor, Advogado e Consultor Jurídico